



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DA CULTURA.

Despacho n.º 6717/2007

Considerando que a Região Demarcada do Douro é um território singular, com uma forte identidade paisagística, cultural, social e económica e que essa realidade se revela, assim, excepcionalmente relevante e complexa, pela concorrência e confluência de interesses cuja prossecução reclama a actuação de uma entidade que coordene e articule a acção dos diversos sectores envolvidos, otimizando os respectivos contributos;

Considerando que pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2006, de 20 de Setembro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 182, foi criada uma estrutura de missão denominada Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro, com o objectivo principal de se constituir como um centro racionalizador da acção pública nesta Região;

Considerando que, nos termos do n.º 4 daquela resolução, já se encontra designado o encarregado de missão a quem compete a coordenação da Estrutura de Missão, torna-se agora indispensável proceder à nomeação do chefe de projecto que coadjuva o encarregado de missão garantindo-se, assim, o pleno funcionamento da Estrutura de Missão

Determina-se, ao abrigo do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2006, de 20 de Setembro, que é nomeado como chefe de projecto da Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro o licenciado em Engenharia Civil António Ricardo Rocha de Magalhães, cujo currículo se publica em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

30 de Março de 2007. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*. — Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Curriculum vitae

Síntese

Dados pessoais:

Identificação — António Ricardo Rocha de Magalhães;
Data de nascimento — 15 de Abril de 1952;
Nacionalidade — portuguesa;
Naturalidade — Luanda, Angola.

Dados académicos — licenciatura em Engenharia Civil (opção de Planeamento Territorial) pela FEUP, 1977.

Dados profissionais:

Desde Setembro de 2005 — vice-presidente da CCDR-N;
De Abril de 2002 a Setembro de 2005 — assessor da CCDRN;
De Outubro de 1999 a Abril de 2002 — Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Planeamento do XIV Governo Constitucional;
De Novembro de 1997 a Outubro de 1999 — Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente do XIII Governo Constitucional;
De Outubro de 1995 a Novembro de 1997 — Secretário de Estado dos Recursos Naturais do XIII Governo Constitucional;
De Março de 1991 a Maio de 1995 — vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte;
De Janeiro de 1990 a Março de 1991 — director regional do Ordenamento do Território da CCRN;
De Novembro de 1986 a Dezembro de 1989 — director regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;
Docente no Departamento de Planeamento Territorial da FEUP (1987);
Docente no Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro (1986).

Dados profissionais complementares:

Fevereiro de 1994 — presidente do Gabinete Coordenador do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional (PROSIURB) e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais;

Entre 1989 e 1994 — presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional de Trás-os-Montes e Alto Douro — QCA I;

De Outubro de 1992 a Maio de 1994 — presidente da Comissão Nacional da Reserva Ecológica;

Entre 1980 e 1981 — colabora na coordenação dos gabinetes de apoio técnico da região do Norte.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 6718/2007

Por despacho do director-geral de 27 de Fevereiro de 2007, é nomeada a licenciada Francelina Maria Guimarães Martins na categoria de assessor de orçamento e conta principal, da carreira técnica superior de orçamento e conta, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 de Março de 2007. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Sequeira*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 6719/2007

Considerando que, através de despacho conjunto de 18 de Setembro de 2006 dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi criada uma equipa de projecto para acompanhamento do estudo e implementação do projecto do novo aeroporto de Lisboa, em articulação com a privatização da ANA — Aeroportos de Portugal, S. A.;

Considerando que se mostra necessário proceder à substituição de um dos membros da comissão, nomeado em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Nos termos do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005 e do n.º 2 do despacho conjunto de 18 de Setembro, os Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações determinam nomear, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o auditor Luís Filipe da Silva Ferreira para integrar a referida comissão, em substituição do Dr. Vasco José Martins Gueifão.

12 de Fevereiro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 6720/2007

A orgânica do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, prevê a existência de uma comissão de fiscalização composta por três membros.

Contudo, o Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março, determina, no seu artigo 50.º, que o controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial dos institutos públicos, com excepção dos institutos com organização simplificada, relativamente a 2006 e anos posteriores, é da responsabilidade do fiscal único a designar nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e que, sem prejuízo da eventual adequação dos respectivos diplomas orgânicos, com a aprovação das contas de 2005, são extintas as comissões de fiscalização, independentemente da designação adoptada, dos institutos públicos, ainda que não tenha decorrido o prazo para que tenham sido nomeadas.

Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, o fiscal único é nomeado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela obrigatoriamente de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março, e do artigo 27.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, determina-se:

1 — Nomear como fiscal único do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) a licenciada Ana Margarida Rodrigues Barata Fernandes, revisora oficial de contas, inscrita na respectiva lista com o n.º 707, pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

2 — O mandato referido no número anterior tem a duração de três anos.

3 — A remuneração ilíquida do fiscal único é fixada em 20% do vencimento mensal base auferido pelo presidente do conselho de administração do INFARMED.

4 — A remuneração referida no número anterior é paga em 12 mensalidades e não inclui outras componentes remuneratórias inerentes ao estatuto dos membros do conselho de administração do INFARMED, designadamente despesas de representação.

20 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 6721/2007

Nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Assuntos do Serviço Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, lugar criado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro, o TCOR Jorge Manuel Antunes Cameira, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007, autorizado a optar pelo vencimento base do seu cargo de origem.

27 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Despacho (extracto) n.º 6722/2007

Por despacho de 16 de Março de 2007 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi rescindido o contrato, a seu pedido, de Duarte José Avelar Montalvão de Santos e Silva, técnico licenciado do nível 1, com efeitos a partir de 31 de Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Despacho (extracto) n.º 6723/2007

Por despacho de 14 de Março de 2007 do administrador do Arsenal do Alfeite, foi rescindido o contrato, a seu pedido, de Ricardo Jorge Dias Cardoso, operário do nível 2, com efeitos a partir de 19 de

Março de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2007. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime Batista de Figueiredo*.

Superintendência dos Serviços de Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Militarizados e Civis

Despacho (extracto) n.º 6724/2007

Por despacho de 26 de Janeiro de 2007 do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, foram nomeados, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, em reconhecimento do mérito excepcional, os funcionários do quadro do pessoal civil da Marinha a seguir identificados, nas categorias que se discriminam, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2006:

| Nome | Categoria actual/escalão | Categoria de promoção/escalão |
|---|--|--|
| Miguel Francisco Florindo Cadete | Técnico Profissional de 1.ª classe de aquariologia / 2 | Técnico profissional principal de aquariologia / 1 |
| Maria Manuela Ferreira Ludovico Duarte | Assistente administrativa principal / 5 | Assistente administrativa especialista / 2 |
| Maria Isabel Pires da Silva Abrantes | Assistente administrativa principal / 1 | Assistente administrativa especialista / 1 |
| Ana Cristina Patrício Costa Pereira Monteiro | Assistente administrativa principal / 1 | Assistente administrativa especialista / 1 |
| Cátia Marina Bernardo Marinho Seixas | Assistente administrativa principal / 1 | Assistente administrativa especialista / 1 |
| Alexandra Fátima Leal Martins | Assistente administrativa principal / 1 | Assistente administrativa especialista / 1 |
| Sandra Isabel Morgado dos Santos Almeida Rebelo | Assistente administrativa / 2 | Assistente administrativa principal / 1 |
| Jaime Carlos Gonçalves Vila Nova Xavier | Fiel de depósito e armazém / 8 | Chefe de armazém / 1 |

5 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição de Civis, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Rectificação n.º 461/2007

Por ter havido lapso na publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de Março de 2007, do despacho (extracto) n.º 4411/2007, a p. 6526, rectifica-se que onde se lê «Por despacho do subdirector-geral, em substituição, de 13 de Fevereiro de 2007, foi Áurea Maria Reis Nobre,» deve ler-se «Por despacho do subdirector-geral, em substituição, de 13 de Fevereiro de 2007, foi Áurea Maria Reis Nobre Pinto.»

21 de Março de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.